

Orçamento fiscal vai receber NCz\$ 194 bilhões adicionais

BRASÍLIA — O Congresso aprovou na noite de quarta-feira, numa rápida sessão, verba suplementar para o orçamento fiscal deste ano de NCz\$ 194,05 bilhões. Desse total, NCz\$ 164 bilhões serão gerados com a emissão de títulos da dívida pública mobiliária. O líder do governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte, disse que, apesar de o valor ser muito alto, a situação não é alarmante, porque somente NCz\$ 18,7 bilhões do total de NCz\$ 164 bilhões aprovadas pelo Congresso representam emissão de títulos novos no mercado.

Os restantes NCz\$ 145,2 bilhões resultantes de emissão de títulos são destinados ao refinanciamento da dívida pública. Até dezembro, serão emitidos mais NCz\$ 2,3 bilhões em títulos, totalizando a emissão global de títulos este ano em NCz\$ 30,5 bilhões, incluídos os NCz\$ 9,5 bilhões concedidos como crédito suplementar para o Banco do Brasil financeiramente agrícola.

“É inexorável a emissão de títulos. E tudo o que vier agora de verba suplementar para o orçamento deste ano será feito mediante a emissão de novos títulos”, disse Ponte. Ele calcula que a emissão global de títulos até dezembro vai aumentar em cerca de 0,8% o déficit público com relação ao PIB.

O vencimento desses novos títulos deverá acontecer daqui a um ano, já com o novo presidente da República empossado. Ponte disse que, embora seja preocupante emitir novos títulos com inflação alta, “não haverá pressão insuportável, pois vai haver tomador no mercado e bons juros de até 2%”.

Os NCz\$ 18,7 bilhões em novos títulos

serão emitidos imediatamente pelo governo, pois servirão para pagar 13º salário e adicionais de férias dos servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Os outros NCz\$ 145,2 bilhões vão cobrir despesas com o serviço da dívida interna da Presidência da República e de seis ministérios, além de atender o refinanciamento da dívida pública mobiliária.

A próxima safra de emissão de títulos, a ser aprovada pelo Congresso até dezembro, será destinada, em grande parte, ao Ministério da Agricultura, segundo Ponte. Seria inútil, de acordo com ele, emitir títulos para a construção de obras e pagar pessoal com o excesso de arrecadação na esperança de o Congresso vetar os projetos. O Congresso, segundo ele, não está interessado em controlar despesas.